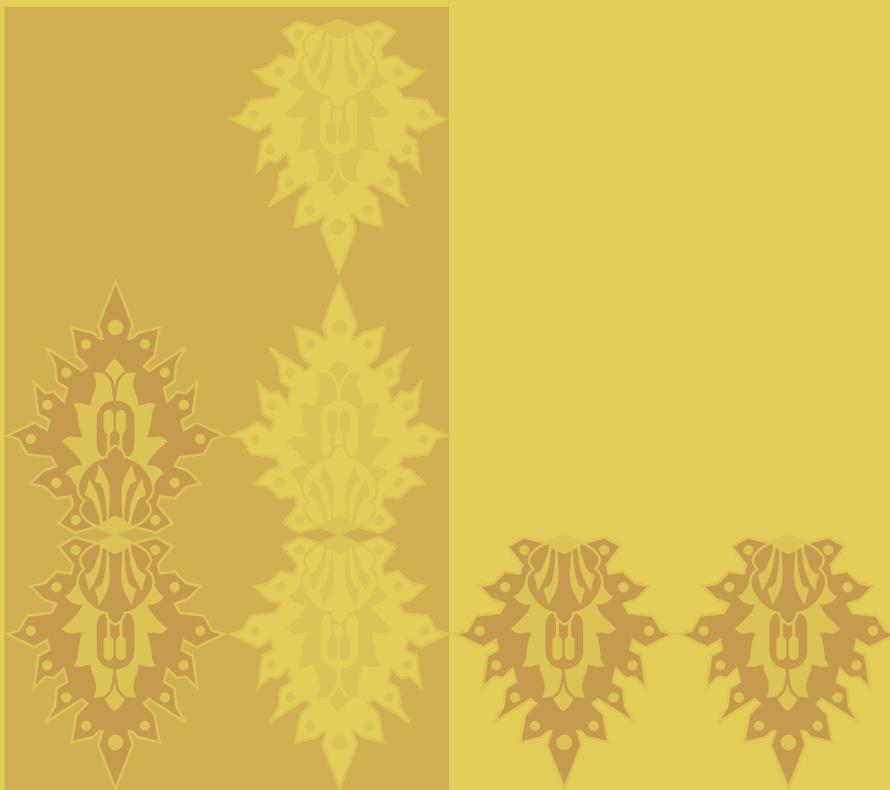


II. Situação Económico-Financeira Demonstrações Financeiras

Esta parte do Relatório respeita à situação económico-financeira da Instituição, através da publicação dos respectivos Balanço e Contas e do Relatório dos Auditores.



:: Situação Económico-Financeira

Situação financeira

O crescimento da economia mundial em 2005 foi de 4,8 por cento, com as economias avançadas a progredir em 2,7 por cento. O aumento da taxa real do PIB nos Estados Unidos foi de 3,5 por cento, menos cerca de 1,7 por cento em comparação com o ano de 2004; as economias da Ásia excluindo o Japão cresceram 8 por cento; o PIB japonês aumentou 2,7 por cento; o crescimento da Zona Euro foi de 1,4 por cento, comparando com 1,8 por cento em 2004.

A taxa de inflação para o consumidor manteve-se controlada (3,4 por cento nos Estados Unidos e 2,2 por cento na Zona Euro).

Prevê-se que o crescimento real para 2006 continue razoavelmente sustentado, ainda que num ritmo mais brando que em 2005, mas com a inflação a continuar sob controlo.

A incerteza política no Médio Oriente, o alto preço do petróleo e os receios relacionados com os efeitos da globalização sobre as economias avançadas, particularmente nos Estados Unidos e na Zona Euro, continuam a afectar o mercado de acções; apesar destes problemas, o crescimento em 2005, em moeda local, no mercado de acções dos Estados Unidos foi de cerca de 3 por cento, 40 por cento no Japão e 20 por cento na Zona Euro.

O Banco Central dos Estados Unidos continuou, em 2005, a aumentar as taxas a curto prazo, de 2,25 por cento no início do ano, para 4,25 por cento em Dezembro de 2005. O Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro de 2,0 por cento para 2,25 por cento em Dezembro de 2005. As taxas de juro a longo prazo continuaram estáveis; eram ligeiramente mais elevadas nos Estados Unidos e mais baixas na Zona Euro no final do ano.

Em 2005, o Euro depreciou 14 por cento em relação ao Dólar dos Estados Unidos.

Carteira de investimentos

Em 2005 o retorno total obtido pela carteira de investimentos da Fundação foi de 10,1 por cento.

O retorno anualizado a cinco anos foi de 1,9 por cento, continuando a ser afectado pelo colapso do mercado de acções verificado entre 2000 e o início do ano de 2003; este retorno foi melhor que o do *benchmark* interno, mas ainda distante do objectivo de retorno total da Fundação. O retorno a três anos, no entanto, foi de 9,6 por cento ao ano, situando-se claramente acima do objectivo de retorno total.

No princípio de cada ano, a Fundação estabelece um objectivo de retorno total para os seus gestores. Este retorno é definido de forma a permitir manter o poder de compra da carteira de investimentos, no médio e no longo prazo, para assegurar uma apreciação real da carteira, tendo em linha de conta o crescimento da economia e para aprovisionar os fundos necessários para o orçamento da Fundação. O seu cálculo é baseado em previsões económicas, incluindo a inflação e o crescimento real das principais economias. O retorno obtido em 2005 (10,1 por cento) excedeu confortavelmente o retorno estabelecido para este ano.

Como nos anos anteriores, a variação nos retornos obtidos pelos diferentes gestores da Fundação foi significativa, embora tivessem o mesmo objectivo de retorno e as mesmas directrizes de investimento. Cada gestor tem o seu estilo próprio e a variação depende da capacidade de antecipar ou reagir perante mudanças nos mercados.

A distribuição da carteira por principais classes de activos em 31 de Dezembro de 2005, foi a seguinte:

Acções	51 por cento
Obrigações	35 por cento
Liquidez	13 por cento
Imobiliário e outros Investimentos	2 por cento
Moeda (<i>Currency hedges</i>)	(1 por cento)
	<hr/>
	100 por cento

A alocação dos activos em 31 de Dezembro de 2005 continuou a ser relativamente defensiva, embora no decurso do ano a liquidez tenha sido substancialmente reduzida, aumentando os fundos alocados a certos gestores. Foi nomeado um novo gestor norte-americano. A liquidez e as obrigações destinam-se a reduzir a volatilidade e o risco da carteira e, considerando a natureza conservadora da Fundação, não se espera que a alocação de activos seja alterada significativamente no futuro.

Interesses petrolíferos

Em relação aos interesses petrolíferos, é de destacar o acordo obtido pela Partex Oil and Gas no cancelamento dos *royalties* recebidos em relação ao petróleo do Omã; o acordo resultou num ganho extraordinário de USD 66 milhões.

Os preços do petróleo *brent spot* aumentaram cerca de 48 por cento durante 2005, de USD 40 no início do ano para USD 59 no final do ano. O preço médio foi de USD 54, substancialmente mais alto que em 2004 (USD 38). O preço mais elevado de USD 67 e o mais baixo de USD 40, foram, uma vez mais, significativamente superiores aos verificados em 2004.

O Grupo Partex obteve um aumento de 39 por cento no valor das vendas de petróleo e gás. O rendimento líquido não aumentou tanto quanto as vendas, devido ao facto de parte destas resultarem de contratos com rentabilidade fixa, não reflectindo portanto o aumento dos preços no mercado à vista.

As participações em companhias petrolíferas foram reavaliadas ao valor justo, em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as normas internacionais de relato, por um banco de investimento. Estas participações foram originalmente avaliadas ao justo valor em 2001 e os *net present values* foram recalculados no final de cada ano para se assegurar a sua razoabilidade em novas circunstâncias.

O grupo adquiriu um interesse de um por cento na concessão do Mukhaizna em Omã que é gerida pela Occidental e foi destacada da concessão do PDO. As outras participações em companhias privadas de petróleo mantiveram-se inalteráveis.

As concessões do grupo no Brasil e na Argélia continuam numa fase inicial de exploração, enquanto que no Cazaquistão o projecto está já numa segunda

fase de definição, prevendo-se que seja seguida de um plano de desenvolvimento do campo Dunga (*full field development plan*).

A fase de investimento nos projectos de energia renovável continua com empréstimos adicionais dos accionistas à Lusenerg – Energias Renováveis SGPS, S.A. O programa de investimento da Generg SGPS S.A., na qual a Lusenerg tem uma participação de 57,5 por cento, foi financiado com sucesso em 2005. Investimentos adicionais foram feitos no fundo SGAM 4/D Energy Fund que tem tomado posições minoritárias em companhias de *downstream* e de serviços ligados à indústria petrolífera; o fundo vendeu um investimento em 2005 e devolveu o capital aos investidores. Estes investimentos permitem diminuir a exposição do grupo à indústria petrolífera.

Prevê-se que o Grupo Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation pague à Fundação um dividendo de USD 41 milhões relativo ao resultado líquido de 2005 (USD 30 milhões em 2004).

Actividades e indicadores

A execução do Orçamento e Plano de Actividades da Fundação no exercício de 2005 revela, em síntese, o seguinte:

A execução orçamental ultrapassou as previsões iniciais, em virtude do acréscimo de encargos associados às medidas de reestruturação e ao lançamento de novas obras, ditadas sobretudo pelas Comemorações do Cinquentenário da Fundação, que implicaram um reforço extraordinário de cerca de nove milhões de euros.

Considerando o reforço orçamental, a utilização das dotações orçamentais foi quase integral – 98 por cento – tendo sido apurado um saldo positivo de 1697 mil euros.

Verificou-se um aumento dos gastos para o conjunto das actividades distributivas e directas – os subsídios e bolsas de estudo estabilizaram e as iniciativas próprias registaram um acréscimo de 24 por cento, relativamente a 2004.

Os custos de investimento cresceram cerca de 65 por cento relativamente ao ano anterior, sobretudo por via dos projectos de modernização das estruturas físicas e dos sistemas informáticos.

As finalidades estatutárias apresentaram uma estrutura um pouco diferente da do ano anterior – de notar um aumento significativo na finalidade Ciência (cerca de três pontos percentuais) e a correspondente redução, distribuída de forma equivalente pelas outras três finalidades.

A execução dos custos com pessoal foi positiva, ficando abaixo das disponibilidades orçamentais. Os encargos com pessoal sofreram uma redução em resultado das medidas de reestruturação, designadamente as ocorridas na área da dança. Verificou-se uma diminuição de 40 pessoas no activo e um aumento de 27 pensionistas. No final de 2005, havia 543 activos e 1064 pensionistas.

Os proveitos aumentaram 30 por cento relativamente a 2004; o extraordinário acréscimo verificado nas participações externas, designadamente para

projectos de investigação científica, foi a principal causa deste crescimento. As outras fontes de proveito – vendas de publicações, bilhetes para concertos e espectáculos, ingressos em museus e patrocínios – tiveram algumas oscilações mas demonstraram um padrão semelhante ao do passado.

A implementação das novas formas de intervenção lançadas nos anos anteriores foi prosseguida, designadamente, no que respeita aos programas de Língua Portuguesa, de Ajuda ao Desenvolvimento e de Criatividade e Criação Artística, bem como aos seguintes Projectos Transversais e Inovadores:
 ▶ “ARTAFRICA”, “Investigação em Malária”, “Arquivo Digital de Arte Portuguesa” e “SaudAR – A Saúde e o Ar Que Respiramos”.

A comparação dos vários tipos de custos e proveitos, nos dois últimos anos, está patente no quadro seguinte:

Custos e proveitos realizados

<i>Custos e proveitos</i>	Euros			
	<i>Realizado</i>	<i>Realizado</i>	<i>Varição</i>	
	2004	2005	<i>Valor absoluto</i>	<i>%</i>
	1	2	3=2-1	4=2/1
Custos com pessoal no activo	30 062 557	29 812 870	-249 687	-0,8
Custos de estrutura	15 354 221	18 359 937	3 005 716	19,6
▶ Investimento	3 546 533	5 844 445	2 297 912	64,8
▶ Funcionamento	11 807 688	12 515 492	707 804	6,0
Subsídios e bolsas	22 048 787	21 995 811	-52 976	-0,2
Iniciativas próprias	17 358 588	21 486 404	4 127 816	23,8
Pensões	15 225 875	16 288 298	1 062 423	7,0
Custos de reestruturação	0	4 255 043	4 255 043	-
Custos totais	100 050 028	112 198 363	12 148 335	12,1
Proveitos (-)	6 847 682	8 903 555	2 055 873	30,0
Custos líquidos	93 202 346	103 294 808	10 092 462	10,8

A estrutura de custos da Fundação sofreu algumas alterações, sendo de destacar a redução do peso relativo dos custos com pessoal activo (de 30,1 por cento para 27,6 por cento) e um aumento extraordinário do investimento, cuja importância relativa quase duplicou.

No que respeita às actividades, é de assinalar uma ligeira redução do peso dos subsídios e bolsas de estudo (de 22 por cento para 20,4 por cento) e um aumento da participação das iniciativas próprias na estrutura de custos (de 17,4 por cento para 19,9 por cento).

Os custos de funcionamento e as pensões mantiveram, praticamente, as respectivas posições relativas.

Para efeitos da repartição percentual dos custos totais de 2005, não se consideraram os custos de reestruturação, por se tratar de despesas extraordinárias.

Pessoal

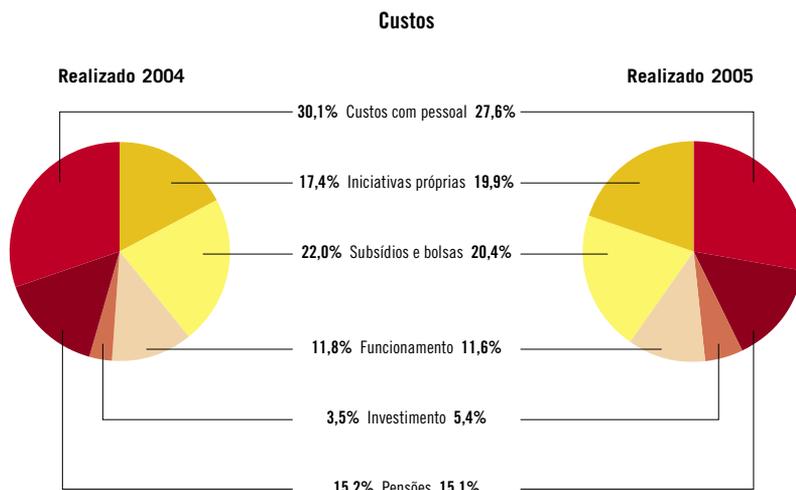
Os movimentos de pessoal verificados ao longo do ano cifraram-se na redução total de 13 pessoas, resultante da diminuição de 40 pessoas ao serviço e do aumento de 27 pensionistas.

	31.12.2004	31.12.2005
Pessoal ao serviço	583	543
› Efectivos	580	539
› Contratados	3	4
Pensionistas	1 037	1 064
› Pré-reformas	68	80
› Reformas antecipadas	242	252
› Reformas por velhice/invalidéz	547	544
› Pensões de sobrevivência	180	188
Total	1 620	1 607

Fonte: SRH.

Actividade da Fundação em 2005

A importância e a diversidade das actuações da Fundação – as quais contemplam duas vertentes distintas: a concessão de subsídios e bolsas



de estudo e a realização de iniciativas próprias – e o seu impacto em termos de beneficiários, número de eventos e meios financeiros envolvidos, está bem patente nos quadros seguintes.

Actividades distributivas	Beneficiários	Custo directo
	N.º	Euros
Subsídios	1 625	14 959 250
Bolsas de estudo	5 743	7 036 561

Iniciativas	Acontecimentos	Custo directo
	N.º	Euros
Exposições	27	2 601 446
Concertos e espectáculos	181	12 462 737
Publicações	115	2 536 140
Colóquios e conferências	161	1 181 728
Actividades educativas	2 192	693 612
Cursos de formação	54	1 024 640
Prémios	3	222 471
Projectos de investigação	114	2 260 338
Aquisição de obras de arte	23	165 880

Actividades permanentes [Museus, bibliotecas e instituições]	Visitantes/Utentes	Custo directo
	N.º	Euros
Museu Calouste Gulbenkian	140 807	2 304 071
Centro de Arte Moderna	78 114	2 087 514
Instituto Gulbenkian de Ciência	–	4 684 336
Biblioteca de Arte	4 048	1 927 905
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	1 464	462 760

Beneficiários e acontecimentos

O impacto das actividades desenvolvidas pela Fundação, medido através dos indicadores físicos, registou algumas variações relativamente ao ano anterior. De um modo geral, o número de beneficiários dos apoios concedidos diminuiu ligeiramente enquanto que o público beneficiário de iniciativas desenvolvidas aumentou.

Público beneficiário	2004	2005	Variação
	N.º	N.º	%
Beneficiários de subsídios	1 975	1 625	-18
Bolseiros	6 075	5 743	-5
Visitantes das exposições permanentes (museus)	216 734	218 921	1
Visitantes das exposições temporárias	238 636	317 323	33
Presenças nos concertos e espectáculos	146 207	150 057	3
Utilizadores das actividades educativas	ND	8 440	-
Leitores/Utilizadores de bibliotecas e arquivos	5 694	5 512	-3

Acontecimentos	2004	2005	Variação
	N.º	N.º	N.º
Exposições temporárias	25	27	2
Concertos e espectáculos			
» Iniciativas	170	181	11
» Sessões	253	236	-17
Publicações			
» Edições	125	115	-10
» Exemplares	338 800	262 160	-76 640
Colóquios e conferências	120	161	41
Actividades educativas	ND	2 192	-
Cursos de formação ⁶⁴	54	-10	
Prémios	8	3	-5
Projectos de investigação	104	114	10
Aquisições de obras de arte	63	23	-40

Análise às Demonstrações Financeiras

Nota prévia

As Demonstrações Financeiras têm uma apresentação diferente das apresentadas nos anos anteriores em consequência de alterações estruturais impostas pelas “Normas Internacionais de Relato Financeiro” (as IFRS na nomenclatura inglesa), que substituíram as Normas Internacionais de Contabilidade (NICs).

Essas alterações consubstanciam-se, fundamentalmente, em duas questões: a primeira relacionada com a forma de construção do Balanço e da Demonstração das operações e a segunda que tem a ver com o desenvolvimento das notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Assim, no Balanço apresenta-se, sequencialmente, o Activo, o Fundo de Capital e o Passivo e o respectivo total de cada um destes três agregados. Esta apresentação respeita na íntegra, o Balanço normalizado quer pelas IFRS, quer pelo Plano Oficial de Contabilidade. De salientar que no Activo, os investimentos que sempre se apresentaram numa rubrica única, passam a estar desagregados, sendo os investimentos não relacionados com a carteira de títulos apresentados no Activo não corrente e os investimentos que representam a carteira, apresentados no Activo corrente desagregados em “Investimentos financeiros” e “Outras aplicações de tesouraria”. Na Demonstração das operações, temos em primeiro lugar todos os proveitos e em segundo lugar os custos. Os valores do retorno das actividades petrolíferas e do retorno financeiro, passam a estar apresentados numa forma desagregada, reflectindo os respectivos proveitos e custos. Os valores relativos às diferenças cambiais deixaram de ser apresentados e encontram-se reflectidos, nos proveitos e nos custos, conforme sejam favoráveis ou desfavoráveis.

Quanto às notas anexas às Demonstrações Financeiras, procedeu-se a um maior detalhe de algumas e à criação de outras, dado que as novas IFRS exigem que a informação seja cada vez mais clara, pormenorizada e desagregada.

Os valores referentes ao exercício de 2004 são apresentados com as alterações necessárias para poderem ser compatibilizados com as novas IFRS e comparáveis com os do exercício de 2005.

Análise à demonstração das operações e balanço consolidados

No exercício de 2005, o património líquido representado pelo fundo de capital apresenta um valor de 2755,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 417,6 milhões de euros (17,9 por cento) em relação ao ano anterior.

A análise à Demonstração das operações mostra-nos que, quanto aos proveitos, o retorno total se situou nos 327 milhões de euros, mais 143,2 milhões de euros do que em 2004. O retorno das actividades petrolíferas com um valor de 126,6 milhões de euros e o retorno financeiro com um valor na ordem dos 200,5 milhões de euros tiveram um acréscimo de 113,9 por cento e de 60,7 por cento respectivamente, em relação a 2004.

Quanto aos custos, os recursos afectos à distribuição e actividades directas foram de 73,5 milhões de euros o que representou um acréscimo de 4,9 por cento em relação ao ano anterior. Os custos administrativos e operacionais tiveram um aumento de 765 mil euros equivalente ao aumento da taxa de inflação.

O Balanço, apresenta um total do activo em 31 de Dezembro de 2005, com um valor na ordem dos 3084,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 482,4 milhões de euros (18,5 por cento) em relação ao final de 2004.

O activo não corrente teve um acréscimo de 59,3 por cento, devido, fundamentalmente, ao valor dos investimentos que aumentou de 351 milhões de euros para 571,6 milhões de euros; para este aumento

contribuiu o significativo acréscimo do valor dos investimentos nos interesses petrolíferos e do gás em cerca de 209 milhões de euros; de notar que, cerca de 92 por cento deste valor foi determinado pela reavaliação destes activos feita por uma entidade independente.

O activo corrente aumentou 239 milhões de euros (10,9 por cento), tendo para tal contribuído principalmente, a variação da carteira, que aumentou 108 milhões de euros e os devedores que tiveram um acréscimo de 54,4 milhões de euros, dos quais os “devedores interesses petrolíferos”, que representam cerca de 67,5 por cento do total dos Devedores, aumentaram cerca de 19,6 por cento.

O passivo registou um aumento de 64,4 milhões de euros relativamente ao exercício de 2004, consequência, por um lado, do aumento dos credores onde o peso dos “credores interesses petrolíferos”, que reflecte o aumento do custo dos hidrocarbonetos, é significativo e, por outro, do aumento do valor da provisão para pensões. A rubrica “Subsídios e bolsas”, que reflecte o montante dos subsídios e bolsas autorizados que se encontrava por pagar no final do ano por razões não imputáveis à Fundação, teve um decréscimo de 15 por cento.

:: Demonstrações Financeiras

Demonstrações consolidadas das operações
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

		(10 ³ Euros)	
	Notas	2005	2004
Vendas de petróleo e gás		618 353	442 855
Custo das vendas		(582 066)	(413 663)
Outros rendimentos do petróleo e gás	3	90 293	29 987
Retorno das actividades petrolíferas		126 580	59 179
Proveitos financeiros	4	234 104	167 452
Custos financeiros	4	(33 615)	(42 730)
Retorno financeiro		200 489	124 722
Outros proveitos	5	8 228	12 986
Distribuição e actividades directas	6	(73 476)	(70 017)
Outros custos administrativos e operacionais		(23 383)	(22 618)
Custos de reestruturação	8	(4 255)	-
Provisões	9	(45 107)	(12 127)
Amortizações	10	(1 429)	(939)
Impostos e taxas		(77)	(17)
Transferência para o Fundo de Capital		187 570	91 169

:: Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(10³ Euros)

	Notas	2005	2004
ACTIVO			
Activo não corrente			
Imobilizações corpóreas	11	82 417	59 559
Colecções de arte	12	-	-
Investimentos	13	571 555	351 082
		653 972	410 641
Activo corrente			
Investimentos financeiros	15	1 991 596	1 738 950
Outras aplicações de tesouraria	16	146 643	291 150
Devedores	17	125 861	71 485
Caixa e equivalentes de caixa	18	166 313	90 159
		2 430 413	2 191 744
Total do activo		3 084 385	2 602 385
FUNDO DE CAPITAL			
Capital recebido do Fundador	19	11 747	11 747
Reservas	20	2 556 516	2 235 367
Transferência para o Fundo de Capital		187 570	91 169
Total do fundo de capital		2 755 833	2 338 283
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	21	228 645	198 509
Passivo corrente			
Subsídios e bolsas	22	6 891	8 102
Credores e outros passivos	23	93 016	57 491
		99 907	65 593
Total do passivo		328 552	264 102
Total do fundo de capital e passivo		3 084 385	2 602 385

:: Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa consolidados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(10³ Euros)

	2005	2004
Actividades operacionais		
Recebimentos de actividades petrolíferas e de gás	126 580	59 179
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes	(60 199)	95 967
Distribuição e actividades directas	(72 175)	(71 590)
Pagamentos de pensões	(16 050)	(14 977)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(25 938)	(17 961)
Fluxo gerado pelas actividades operacionais	(47 782)	50 618
Actividades de investimento		
Investimentos financeiros não correntes	(26 655)	(27 036)
Dividendos	13 921	10 353
Aquisições de imobilizado	(18 862)	(11 384)
Outros recebimentos/(pagamentos)	11 025	(6 766)
Fluxo gerado pelas actividades de investimento	(20 571)	(34 833)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(68 353)	15 785
Caixa e equivalentes no início do período	381 309	365 524
	312 956	381 309

:: Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Mapa dos movimentos consolidados do Fundo de Capital
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(10³ Euros)

	Total do fundo de capital	Capital recebido do Fundador	Diferenças cambiais	Reserva de justo valor	Outras reservas
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	2 214 584	11 747	–	187 069	2 015 768
Reserva de justo valor	50 332	–	–	50 332	–
Diferença cambial	(17 802)	–	(17 802)	–	–
Transferência para o Fundo de Capital	91 169	–	–	–	91 169
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	2 338 283	11 747	(17 802)	237 401	2 106 937
Reserva de justo valor	193 818	–	–	193 818	–
Diferença cambial	36 162	–	36 162	–	–
Transferência para o Fundo de Capital	187 570	–	–	–	187 570
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2 755 833	11 747	18 360	431 219	2 294 507

Demonstrações das operações
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(10³ Euros)

	Notas	2005	2004
Proveitos financeiros	4	265 001	187 392
Custos financeiros	4	(32 095)	(42 014)
Retorno financeiro		232 906	145 378
Outros proveitos	5	8 228	7 185
Distribuição e actividades directas	6	(73 476)	(70 017)
Outros custos administrativos e operacionais		(15 203)	(14 253)
Custos de reestruturação	8	(4 255)	-
Provisões	9	(44 792)	(13 106)
Amortizações	10	(1 188)	(659)
Impostos e taxas		(26)	(8)
Transferência para o Fundo de Capital		102 194	54 520

:: Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Balanços em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(10³ Euros)

	Notas	2005	2004
ACTIVO			
Activo não corrente			
Imobilizações corpóreas	11	11 953	9 463
Colecções de arte	12	–	–
Investimentos	13	39 270	29 873
Investimentos em empresas subsidiárias	14	748 215	443 440
		799 438	472 776
Activo corrente			
Investimentos financeiros	15	1 991 596	1 738 950
Outras aplicações de tesouraria	16	146 643	291 150
Devedores	17	62 333	50 922
Caixa e equivalentes de caixa	18	1 614	278
		2 202 186	2 081 300
Total do activo		3 001 624	2 554 076
FUNDO DE CAPITAL			
Capital recebido do Fundador	19	11 747	11 747
Reservas	20	2 641 892	2 272 016
Transferência para o Fundo de Capital		102 194	54 520
Total do fundo de capital		2 755 833	2 338 283
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	21	224 530	195 061
Passivo corrente			
Subsídios e bolsas	22	6 891	8 102
Credores e outros passivos	23	14 370	12 630
		21 261	20 732
Total do passivo		245 791	215 793
Total do fundo de capital e passivo		3 001 624	2 554 076

:: Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(10³ Euros)

	2005	2004
<i>Actividades operacionais</i>		
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes	(64 057)	95 477
Distribuição e actividades directas	(72 175)	(71 590)
Pagamentos de pensões	(15 817)	(14 776)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(16 636)	(18 404)
Fluxo gerado pelas actividades operacionais	(168 685)	(9 293)
<i>Actividades de investimento</i>		
Investimentos financeiros não correntes	(8 816)	(16 727)
Dividendos	48 676	34 427
Aquisições de imobilizado	(5 900)	(3 078)
Outros recebimentos/(pagamentos)	(8 446)	9 264
Fluxo gerado pelas actividades de investimento	25 514	23 886
Variação líquida em caixa e equivalentes	(143 171)	14 593
Caixa e equivalentes no início do período	291 428	276 835
	148 257	291 428

:: Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Mapa dos movimentos do Fundo de Capital
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(10³ Euros)

	Total do fundo de capital	Capital recebido do Fundador	Reserva de justo valor	Outras reservas
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	2 214 584	11 747	364 441	1 838 396
Reserva de justo valor	69 179	-	69 179	-
Transferência para o Fundo de Capital	54 520	-	-	54 520
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	2 338 283	11 747	433 620	1 892 916
Reserva de justo valor	315 356	-	315 356	-
Transferência para o Fundo de Capital	102 194	-	-	102 194
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2 755 833	11 747	748 976	1 995 110

Notas às Demonstrações Financeiras

Individuais e Consolidadas

31 de Dezembro de 2005 e 2004

Nota 1

Actividades

A Fundação Calouste Gulbenkian (Fundação) é uma instituição constituída sem fins lucrativos com sede em Lisboa, Portugal. A Fundação foi criada pelo testamento do seu fundador Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian, sendo-lhe atribuído o estatuto de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 40 690, de 18 de Julho de 1956. A acção da Fundação exerce-se através da concessão de subsídios e realização de outras formas de actividade com os seguintes fins estatutários: Arte, Beneficência, Ciência e Educação.

As actividades das companhias subsidiárias (Grupo) estão relacionadas com as suas participações nos interesses petrolíferos e do gás no Golfo Pérsico, Médio Oriente, Brasil e Norte de África.

Nota 2

Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados consolidados das operações da Fundação e das suas subsidiárias, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

As demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2005.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondadas ao milhar mais próximo. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos investimentos registados ao justo valor, conforme mencionado na alínea g).

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Fundação efectue julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas ou julgamentos. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na alínea r).

b) Bases de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da Fundação e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota 14, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a Fundação exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que a Fundação assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Fundação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Existe também controlo quando a Fundação detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o capital próprio seja inferior a 50 por cento.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Os lucros obtidos subsequentemente dessa subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias da Fundação residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional o USD. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e a taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes das operações de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em relação àquelas participações financeiras nas reservas. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados.

Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em Euros, à taxa de câmbio média ponderada do exercício.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias que não estejam classificados como detidos para venda, ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda, são reconhecidos ao justo valor, com as variações registadas por contrapartida de reservas de justo valor, sendo sujeitos a testes de imparidade periódicos.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da Fundação, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e

passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no fundo de capital, qualquer componente de câmbio desse ganho ou perda deve ser reconhecido directamente no fundo de capital. Pelo contrário, quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer componente de câmbio desse ganho ou perda deve ser reconhecido nos resultados.

d) Imobilizações corpóreas

Os custos incorridos com a aquisição de *software* e com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição líquido de subsídios recebidos. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

São efectuados testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Para os imóveis e equipamento de transporte as amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. Para os restantes bens de imobilizado o custo incorrido é reconhecido no ano de aquisição. As amortizações são calculadas de acordo com os seguintes períodos que reflectem a vida útil esperada:

	Número de anos
› Edifícios	50
› Equipamento de transporte	4 a 5
› Outro equipamento	1

e) Colecções de arte

A colecção de arte da Fundação foi doada pelo Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian e está incluída nas Demonstrações Financeiras por um valor simbólico.

As obras de arte adquiridas posteriormente são totalmente amortizadas no ano de aquisição.

f) Locação

A Fundação classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação financeira

► Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

g) Investimentos financeiros

A Fundação classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui i) os activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data de negociação, ou seja, na data em que a Fundação se compromete adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando

i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor, sendo no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registadas em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas.

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações das operações.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, modelos de desconto de fluxos de caixa e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências da IAS 39, a Fundação não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Fundação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista a evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- ▶ para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução significativa de valor na sua cotação;
- ▶ para títulos não cotados, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

h) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou, na sua ausência, é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

i) Devedores

O valor de balanço de devedores é analisado anualmente por forma a determinar se existe algum indício de imparidade. Se tal indício existir, é estimado o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida por contrapartida de resultados sempre que o valor de balanço do activo excede o seu valor recuperável.

Uma perda por imparidade reconhecida de um activo em anos anteriores deve ser revertida se, e somente se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

j) Subsídios recebidos

Os subsídios recebidos no âmbito do Programa Operacional da Cultura destinados a financiar a remodelação de infra-estruturas e equipamentos, são creditados em resultados, em conformidade com as taxas de amortização do equipamento correspondente.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário e saldos de depósitos em bancos com maturidade inferior a três meses.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e depósitos à ordem.

l) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Juros, dividendos, *royalties* e outros proveitos resultantes dos recursos da Fundação são reconhecidos como proveitos, quando é provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Fundação e o proveito pode ser mensurado com confiança. Os juros são reconhecidos com base na periodicidade, excepto se existirem dúvidas quanto ao seu recebimento. Os *royalties* e outros proveitos são reconhecidos com base na periodicidade dos proveitos com referência à substância do acordo relevante.

m) Reconhecimento de proveitos nas actividades petrolíferas

Os proveitos resultantes da venda de petróleo e gás são apenas reconhecidos quando os riscos e os benefícios do direito de propriedade se encontram transferidos para o comprador e quando não existe incerteza na determinação dos custos associados.

n) Custos capitalizados nas actividades petrolíferas

O Grupo segue para a actividade petrolífera o critério de contabilização designado *successful efforts* (resultados bem sucedidos). Os custos com a aquisição de propriedades ou concessões, os poços de pesquisa de petróleo com sucesso, os custos de desenvolvimento, incluindo juros de financiamento, o equipamento e instalações de suporte à actividade petrolífera são capitalizados. Estes investimentos são reconhecidos em imobilizado corpóreo na data da transacção. Os custos com os poços de exploração sem resultados confirmados são reconhecidos em perdas e ganhos.

o) Impostos

Por despacho do Ministro das Finanças de 18 de Julho de 1989, foi reconhecida à Fundação Calouste

Gulbenkian a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

p) Plano de pensões

Na Fundação existem diversos planos de pensões, incluindo nomeadamente planos de benefício definido e de contribuição definida.

A Fundação, sob a forma de plano de benefícios definidos, assumiu as responsabilidades de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no “Plano de Pensões do Pessoal” (1979) e no “Plano de Pensões da Fundação” (1997). As responsabilidades do “Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida” (2005) são financiadas através de contribuições para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções. Os empregados da Delegação da Fundação no Reino Unido têm um Plano de Pensões próprio.

Estas pensões destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

A Fundação financia as suas responsabilidades através da constituição de uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

As responsabilidades da Fundação com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas, por actuários externos.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com a provisão apurada são registados na demonstração das operações.

A responsabilidade líquida da Fundação relativa aos planos de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros

que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações sem risco com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que excedam 10 por cento do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do plano, também reportados ao início do ano, sejam reconhecidos na conta de custos ou proveitos no exercício em que ocorrem. Os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que se situem dentro do referido limite, são reconhecidos na conta de proveitos ou custos diferidos e não são amortizados.

Anualmente, a Fundação reconhece como custo, na demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui i) o custo do serviço corrente e ii) o custo dos juros.

q) Provisões

São reconhecidas provisões quando i) a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

r) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Fundação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico

alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Fundação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida, são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Fundação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

A Fundação determina o justo valor através de avaliações efectuadas por especialistas independentes ou por recursos internos. As avaliações reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base metodologias de avaliação e informação de mercado.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos de longo prazo

O imobilizado corpóreo é revisto para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos corpóreos e incorpóreos pelo facto de se basear pela melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados.

Plano de pensões

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 3

Outros rendimentos do petróleo e gás

A rubrica “Outros rendimentos do petróleo e gás” é composta por:

		(10 ³ Euros)	
		<i>Consolidado</i>	
		2005	2004
<i>Royalties</i>		63 005	3 364
<i>Dividendos</i>		23 409	17 702
<i>Prestação de serviços</i>		3 879	8 921
		90 293	29 987

O valor dos *royalties* em 2005 inclui o montante de € 53 555 000 relativo à venda de direitos sobre interesses petrolíferos em Omã.

Nota 4

Retorno financeiro

A política da Fundação visa obter uma taxa de retorno sobre a sua carteira de investimentos, líquida de despesas directas. Esta taxa é acordada anualmente com os gestores responsáveis pelo investimento dos fundos no âmbito de orientações previamente estabelecidas pela Fundação. A desagregação do retorno total atingido em 2005 e 2004 é a seguinte:

		(10 ³ Euros)			
		<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
		2005	2004	2005	2004
<i>Proveitos financeiros:</i>					
Juros		31 718	33 410	27 860	30 258
Dividendos		13 921	10 353	48 676	34 427
Ganhos realizados					
com investimentos		25 138	67 968	25 138	67 968
Reavaliação dos investimentos		159 528	50 412	159 528	53 074
Diferenças cambiais favoráveis		3 343	5 228	3 343	1 584
Outros proveitos financeiros		456	81	456	81
		234 104	167 452	265 001	187 392
<i>Custos financeiros:</i>					
Perdas realizadas					
com investimentos		(24 393)	(29 606)	(24 393)	(29 606)
Custos directos		(6 605)	(6 808)	(6 298)	(6 093)
Diferenças cambiais					
desfavoráveis		(2 617)	(6 316)	(1 404)	(6 315)
		(33 615)	(42 730)	(32 095)	(42 014)
		200 489	124 722	232 906	145 378

Nota 5

Outros proveitos

A rubrica “Outros proveitos” é composta por:

		(10 ³ Euros)			
		<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
		2005	2004	2005	2004
Venda de edições		1 236	1 280	1 236	1 280
Venda de bilhetes		1 507	1 550	1 507	1 550
Comparticipação de outras					
entidades		4 589	2 504	4 589	2 504
Outros		896	7 652	896	1 851
		8 228	12 986	8 228	7 185

Nota 6*Distribuição e actividades directas*

A repartição dos custos pelos fins estatutários da Fundação, é apresentada como segue:

(10³ Euros)

	<i>Fundação</i>	
	2005	2004
Arte	34 096	34 032
Beneficência	7 375	7 574
Ciência	11 368	8 477
Educação	20 637	19 934
	73 476	70 017

A rubrica Distribuição e actividades directas inclui o montante de € 2 512 000 (2004: € 1 083 000) e € 21 448 000 (2004: € 21 792 000) relativo a custos com amortizações e custos com o pessoal, respectivamente.

Nota 7*Custos com pessoal*

A rubrica “Custos com pessoal” é composta por:

(10³ Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2005	2004	2005	2004
Conselho de Administração	1 146	1 055	940	876
Ordenados e salários	27 739	27 221	22 006	22 019
Encargos sobre remunerações	5 459	5 533	4 784	4 777
Outros custos com o pessoal	2 525	3 121	1 970	2 388
	36 869	36 930	29 700	30 060

O número de efectivos é analisado como segue:

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2005	2004	2005	2004
Conselho de Administração	9	9	9	9
Pessoal	606	641	534	574
	615	650	543	583

Os custos com o pessoal incluem o montante de € 21 448 000 (2004: € 21 792 000) que se encontram afectos à rubrica Distribuição e actividades directas, conforme mencionado na nota 6.

Nota 8*Custos de reestruturação*

Esta rubrica no montante de € 4 255 000 refere-se aos custos suportados pela Fundação em 2005, relativos ao pagamento de compensações financeiras decorrentes de medidas de reestruturação orgânica e funcional, decididas pelo Conselho de Administração, que tiveram como consequência a redução de pessoal, designadamente a extinção do Ballet Gulbenkian.

Nota 9*Provisões*

As provisões do exercício no Consolidado, líquidas de reforços e anulações, são analisadas como segue:

(10³ Euros)

	2005		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	41 856	–	41 856
Outras provisões	3 251	–	3 251
	45 107	–	45 107

(10³ Euros)

	2004		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	13 520	–	13 520
Outras provisões	393	(1 786)	(1 393)
	13 913	(1 786)	12 127

As provisões do exercício para a Fundação, líquidas de reforços e anulações, são analisadas como segue:

(10³ Euros)

	2005		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	41 653	–	41 653
Outras provisões	3 139	–	3 139
	44 792	–	44 792

(10³ Euros)

	2004		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	12 807	–	12 807
Outras provisões	299	–	299
	13 106	–	13 106

Nota 10

Amortizações

A rubrica “Amortizações” é composta por:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Terrenos e edifícios	553	452	553	452
Equipamento de transporte	421	430	360	356
Outro equipamento	2 967	1 140	2 787	934
	3 941	2 022	3 700	1 742
Amortizações afectas à rubrica				
Distribuição e actividades				
directas	(2 512)	(1 083)	(2 512)	(1 083)
	1 429	939	1 188	659

As amortizações dos exercícios incluem o montante de € 2 512 000 (2004: € 1 083 000) que se encontram afectas à rubrica Distribuição e actividades directas, conforme mencionado na nota 6.

Nota 11

Imobilizações corpóreas

A rubrica “Imobilizações corpóreas” é analisada como segue:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
<i>Custo:</i>				
Terrenos e edifícios	24 874	22 128	24 874	22 128
Equipamento de transporte	2 371	2 188	2 084	2 009
Outro equipamento	18 161	15 197	15 993	13 238
Imobilizado em curso	85 193	62 870	–	–
	130 599	102 383	42 951	37 375
<i>Amortizações e perdas</i>				
<i>de imparidade acumuladas:</i>				
Amortizações acumuladas	(32 813)	(29 513)	(30 998)	(27 912)
Perdas de imparidade	(15 369)	(13 311)	–	–
	(48 182)	(42 824)	(30 998)	(27 912)
	82 417	59 559	11 953	9 463

O Imobilizado em curso inclui o montante de € 59 470 000 (2004: € 51 235 000) relativo ao investimento efectuado no projecto “Dunga Oil Field” em parceria com a Oman Oil Company Ltd.

Esta rubrica inclui ainda investimentos efectuados em concessões petrolíferas no Brasil e Argélia no montante de € 22 430 000 (2004: € 9 013 000) e € 3 293 000 (2004: € 2 622 000), respectivamente.

Em 2001, o Grupo assinou um acordo de *farm-in* com a companhia petrolífera Maersk, em que esta adquiriu 60 por cento dos direitos de exploração e desenvolvimento do “Dunga Oil Field”. A Oman Oil Company e a Partex (Kazakhstan) mantêm uma posição de 20 por cento cada. Esta operação foi aprovada pelas autoridades do Cazaquistão, pelo que a companhia petrolífera encontra-se a proceder a explorações adicionais, estendendo desta forma a fase piloto do projecto Dunga, que terminará no final de 2006.

O valor actual líquido da provisão de imparidade estimado para o projecto “Dunga Oil Field” com referência a 31 de Dezembro de 2005 é de € 44 101 000 (2004: € 37 924 000). A provisão de imparidade ascende em 31 de Dezembro de 2005 a € 15 369 000 (2004: € 13 311 000). A variação da provisão de imparidade de activos corresponde à actualização cambial de USD para Euros.

A provisão de imparidade foi determinada em 2001, através do valor actual líquido dos *cash flows* estimados futuros, tendo por base pressupostos de mercado determinados por avaliadores independentes. A 31 de Dezembro de 2001 foi constituída uma provisão de imparidade no montante de USD 43 131 230 para reflectir o justo valor deste activo. Com a entrada da Maersk no projecto, a abordagem tecnológica da exploração do petróleo foi reavaliada, pelo que em 2003 a Administração considerou apropriada a redução da provisão de imparidade em USD 25 000 000.

O valor da provisão de imparidade é revisto anualmente não tendo sido considerado necessário reforçar a imparidade para o projecto “Dunga Oil Field” em 31 de Dezembro de 2005.

Os movimentos da rubrica imobilizado corpóreo durante o ano de 2005, no Consolidado, são analisados como segue:

	(10 ³ Euros)				
	Saldo em 01/Jan.	Aquisições/ /dotações	Abates	Diferenças cambiais	Saldo em 31/Dez.
<i>Custo:</i>					
Terrenos e edifícios	22 128	2 781	(35)	–	24 874
Equipamento de transporte	2 188	794	(612)	1	2 371
Outro equipamento	15 197	2 993	(50)	21	18 161
Imobilizado em curso	62 870	12 602	–	9 721	85 193
	102 383	19 170	(697)	9 743	130 599
<i>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</i>					
Terrenos e edifícios	13 170	553	(17)	–	13 706
Equipamento de transporte	1 618	421	(601)	4	1 442
Outro equipamento	14 725	2 967	(49)	22	17 665
Imobilizado em curso	13 311	–	–	2 058	15 369
	42 824	3 941	(667)	2 084	48 182

Os movimentos da rubrica “imobilizado corpóreo” durante o ano de 2005, para a Fundação, são analisados como segue:

	(10 ³ Euros)				
	Saldo em 01/Jan.	Aquisições/ /dotações	Abates		Saldo em 31/Dez.
<i>Custo:</i>					
Terrenos e edifícios	22 128	2 781	(35)		24 874
Equipamento de transporte	2 009	640	(565)		2 084
Outro equipamento	13 238	2 787	(32)		15 993
	37 375	6 208	(632)		42 951
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Terrenos e edifícios	13 170	553	(17)		13 706
Equipamento de transporte	1 507	360	(565)		1 302
Outro equipamento	13 235	2 787	(32)		15 990
	27 912	3 700	(614)		30 998

A 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Equipamento de transporte inclui viaturas em locação no montante de € 1 906 000 (2004: € 1 831 000), sendo as correspondentes rendas vincendas no valor de € 1 147 000 (2004: € 811 000).

As aquisições de equipamento de transporte ocorridas durante ano de 2005, correspondem na totalidade a novos contratos de locação financeira.

Nota 12 Colecções de arte

A colecção de arte da Fundação foi doada pelo Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian e está incluída nas Demonstrações Financeiras por um valor simbólico.

As obras de arte adquiridas posteriormente são totalmente amortizadas no ano de aquisição.

Nota 13 Investimentos

A rubrica “Investimentos” é analisada como segue:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
<i>Interesses petrolíferos e do gás:</i>				
Acções	452 496	257 742	–	–
Adiantamentos	64 972	50 743	–	–
<i>Outros investimentos:</i>				
Fundo NovEnergia	7 009	5 907	–	–
Lusenerg Energias				
Renováveis SGPS, S.A.	4 762	4 627	–	–
SGAM/4D Global				
Energy Fund	3 046	2 190	–	–
Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário				
Fechado	26 653	16 296	26 653	16 296
Imosocial – Fundo de Investimento Imobiliário				
Fechado	4 037	3 956	4 037	3 956
Logística & Distribuição – Fundo de Investimento Imobiliário				
Fechado	8 580	5 481	8 580	5 481
Investimentos em imóveis	–	4 140	–	4 140
	571 555	351 082	39 270	29 873

Nestes investimentos a diferença entre o valor de aquisição e o justo valor encontra-se registada na Reserva de justo valor do Fundo de Capital. Estes investimentos são classificados como disponíveis para venda, conforme política contabilística referida na nota 2 g).

As acções em investimentos em interesses petrolíferos e do gás encontram-se registadas pelo justo valor conforme descrito na política contabilística referida na nota 2 g). As avaliações reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base pressupostos de mercado.

A 31 de Dezembro de 2005, os interesses petrolíferos e do gás, no Consolidado, podem ser apresentados como segue:

(10 ³ Euros)					
Nome	Segmento	Sede	Moeda	% detida	Justo valor
ADPC/ADCO	Petróleo	EAU	USD	2%	72 561
PDO/POHOL	Petróleo	Oman	USD	2%	162 499
MUKHAIZNA	Petróleo	Oman	USD	1%	46 198
GASCO	Gás	EAU	USD	2%	20 429
OLNG	Gás	Oman	USD	2%	146 223
GISCO	Gás	Oman	USD	5%	4 586
					452 496

O justo valor dos investimentos não correntes foi objecto de actualização com referência a 31 de Dezembro de 2005, ascendendo a Reserva de justo valor a € 431 219 000. A movimentação da Reserva de justo valor pode ser analisada com segue:

(10 ³ Euros)				
	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Reserva de justo valor				
a 1 de Janeiro	237 401	187 069	261	-
Acréscimo da reserva				
de justo valor	193 818	50 332	581	261
Reserva de justo valor				
a 31 de Dezembro	431 219	237 401	842	261

A Reserva de justo valor acima referida é apresentada líquida de diferenças cambiais.

A rubrica “Acréscimo da reserva de justo valor” inclui, a 31 de Dezembro de 2005, no Consolidado, diferenças cambiais positivas no montante de € 36 664 000.

A 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica inclui o montante de € 13 617 000 de diferenças cambiais negativas.

Os movimentos da rubrica Investimentos durante o ano de 2005, no Consolidado, são analisados como segue:

(10 ³ Euros)					
	Saldo em	Dotações/	Diferenças	Alterações no	Saldo em
	01/Jan.	/(alienações)	cambiais	justo valor	31/Dez.
Interesses petrolíferos e do gás:					
Acções	257 742	-	3 271	191 483	452 496
Adiantamentos	50 743	6 383	7 846	-	64 972
Outros investimentos:					
Fundo NovEnergia	5 907	-	-	1 102	7 009
Lusenerg Energias					
Renováveis SGPS, S.A.	4 627	135	-	-	4 762
SGAM/4D Global					
Energy Fund	2 190	477	(273)	652	3 046
Office Park Expo – Fundo de Investimento					
Imobiliário Fechado	16 296	10 000	-	357	26 653
Imosocial – Fundo de Investimento					
Imobiliário Fechado	3 956	-	-	81	4 037
Logística & Distribuição					
– Fundo de Investimento					
Imobiliário Fechado	5 481	2 956	-	143	8 580
Investimentos em imóveis	4 140	(4 140)	-	-	-
	351 082	15 811	10 844	193 818	571 555

Os movimentos da rubrica Investimentos durante o ano de 2005, para a Fundação, são analisados como segue:

(10 ³ Euros)				
	Saldo em	Aquisições/	Alterações	Saldo em
	01/Jan.	/(alienações)	no justo valor	31/Dez.
Office Park Expo				
– Fundo de Investimento				
Imobiliário Fechado	16 296	10 000	357	26 653
Imosocial – Fundo de Investimento				
Imobiliário Fechado	3 956	-	81	4 037
Logística & Distribuição				
– Fundo de Investimento				
Imobiliário Fechado	5 481	2 956	143	8 580
Investimentos em imóveis	4 140	(4 140)	-	-
	29 873	8 816	581	39 270

O Grupo efectuou um investimento de 100 acções no fundo fechado NovEnergia 2010 no montante de € 5 211 596 (2004: € 5 211 596), sendo o justo valor do fundo no montante de € 7 009 000 (2004: € 5 907 000). Este fundo encontra-se registado no Luxemburgo e tem como objectivo o investimento em projectos que utilizam energias renováveis como fonte energética e em empresas relacionadas com o seu desenvolvimento.

O Grupo efectuou um investimento no montante de € 2500 numa participação de 5 por cento na Lusenerg – Energias Renováveis SGPS, S.A. Esta empresa detém uma participação maioritária na Generg SGPS, S.A., que produz energia a partir de fontes renováveis.

O investimento na Lusenerg – Energias Renováveis SGPS, S.A. inclui também suprimentos que se destinam a necessidades de financiamento da Generg SGPS, S.A. Os suprimentos que têm uma duração máxima de 10 anos são apresentados como segue:

Data	Montante (10 ³ Euros)	Indexante	"Spread"	Taxa actual
Julho 2003	259	Euribor 6M	1,50%	4,14%
Novembro 2003	36	Euribor 6M	0,65%	3,29%
Mai 2004	551	Euribor 6M	0,65%	3,29%
Junho 2004	1 630	Euribor 6M	0,65%	3,29%
Junho 2004	2 118	Euribor 6M	0,65%	3,29%
Novembro 2004	30	Euribor 6M	0,65%	3,29%
Janeiro 2005	40	Euribor 12M	1,35%	4,19%
Mai 2005	40	Euribor 12M	1,35%	4,19%
Dezembro 2005	55	Euribor 12M	1,50%	4,34%
	4 759			

O Grupo assumiu o compromisso de investir USD 5 100 000 no fundo de direito irlandês SGAM/4D Global Energy Fund plc, dos quais 73 por cento se encontram subscritos a 31 de Dezembro de 2005. Este Fundo pretende efectuar investimentos na área da energia.

A Fundação efectuou um investimento no montante de € 26 250 000 no fundo Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, equivalente a 25 por cento do capital do fundo. O Fundo destina-se à aquisição de terrenos, construção e arrendamento ou venda de prédios no Parque das Nações em Lisboa.

Nota 14

Investimentos em empresas subsidiárias

A rubrica "Investimentos em empresas subsidiárias" é analisada como segue:

(10³ Euros)

	Fundação	
	2005	2004
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	748 181	433 407
Economic and General Secretariat Limited	34	33
	748 215	433 440

Os investimentos estão apresentados líquidos de mais ou menos-valias apuradas de acordo com a política contabilística referida na nota 2 g).

O valor destes investimentos foi objecto de actualização com referência a 31 de Dezembro de 2005, ascendendo a Reserva de justo valor a € 748 134 000. A movimentação da Reserva de justo valor pode ser analisada como segue:

(10³ Euros)

	Fundação	
	2005	2004
Reserva de justo valor a 1 de Janeiro	433 359	364 441
Acréscimo da reserva de justo valor	314 775	68 918
Reserva de justo valor a 31 de Dezembro	748 134	433 359

Em 31 de Dezembro de 2005, as Companhias Subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral da Fundação foram as seguintes:

(10³ Euros)

Subsidiárias	Sede	Capital	Moeda	Activos	Passivos	Proveitos	Resultados líquidos	%	Actividade económica
Participações directas:									
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	123 630	114 047	36 781	36 467	100	c)
Economic and General Secretariat Limited*	Inglaterra	4 000	GBP	34	–	–	–	100	b)
Participações indirectas:									
(através da Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation)									
Participations and Explorations Corporation	Panamá	2 800	USD	278 057	132 024	393 102	13 013	100	a)
Partex (Oman) Corporation	Panamá	2500	USD	604 396	27 340	285 613	108 156	100	a)
Partex Gas Corporation	Panamá	2 000 000	USD	49 727	12 967	25 979	6 458	100	a)
Partex (Kazakhstan) Corporation	Ilhas Caimão	5 000	USD	46 324	67 900	2 734	4 326	100	a)
Partex Services Corporation	Panamá	2 300 000	USD	3 804	1 279	7 989	48	100	b)
PMO Services S.A.	Liechtenstein	500 000	CHF	1 257	52	1 055	27	100	b)
Partex Brasil, Ltda.	Brasil	272 000	BRL	10 701	28 557	1 106	(12 834)	100	a)
Partex (Brazil) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	41 519	23 762	11 457	13 442	100	c)
Partex (Algeria) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	3 313	3 271	224	–	100	a)
(através da Partex Services Corporation)									
Petroprimo – Serviços para a Indústria									
Petrolífera, S.A.	Portugal	50 000	EUR	1 159	921	4 337	689	100	b)

a) Companhias participantes em concessões petrolíferas ou operações contratuais.

b) Prestação de serviços.

c) Gestora de participações.

* Esta empresa participada encontra-se sem actividade.

Nota 15*Investimentos financeiros correntes*

A rubrica “Investimentos financeiros correntes” é analisada como segue:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>				
Obrigações	619 366	578 103	619 366	578 103
<i>Títulos de rendimento variável:</i>				
Acções	983 399	750 606	983 399	750 606
Fundos de investimento	404 098	352 075	404 098	352 075
Contratos a prazo de moeda				
› Compra moeda	(1 093 349)	(1 065 523)	(1 093 349)	(1 065 523)
› Venda moeda	1 077 816	1 123 713	1 077 816	1 123 713
Futuros	266	(24)	266	(24)
	1 991 596	1 738 950	1 991 596	1 738 950

A rubrica “Investimentos financeiros corrente” refere-se a investimentos classificados como investimentos de negociação, sendo as variações ocorridas no justo valor registadas na Demonstração das operações, conforme política contabilística referida na nota 2 g).

Nota 16*Outras aplicações de tesouraria*

A rubrica “Outras aplicações de tesouraria”, no montante de € 146 643 000 (2004: € 291 150 000), refere-se a aplicações de tesouraria com um prazo inferior a três meses, que se encontram registadas ao custo amortizado.

Nota 17*Devedores*

A rubrica “Devedores” é analisada como segue:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Companhias subsidiárias	–	–	35 586	22 835
Devedores (interesses				
petrolíferos)	84 997	38 706	–	–
Juros a receber	189	335	189	335
Corredor do plano de pensões	19 347	17 705	19 220	17 705
Devedores diversos	21 440	14 851	7 450	10 159
	125 973	71 597	62 445	51 034
Imparidade para devedores	(112)	(112)	(112)	(112)
	125 861	71 485	62 333	50 922

A rubrica “Companhias subsidiárias” pode ser analisada como segue:

(10 ³ Euros)			
	<i>Fundação</i>		
	2005	2004	
Dividendos atribuídos	35 140	22 359	
Empréstimos	90	90	
Adiantamentos	356	386	
	35 586	22 835	

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Corredor do plano de pensões, na Fundação e no Consolidado, no montante de € 19 220 000 (2004: € 17 705 000) e de € 19 347 000 (2004: € 17 705 000), refere-se ao valor do corredor em conformidade com a política contabilística referida na nota 2 p).

A rubrica “Devedores diversos” inclui o montante de € 4 938 000 referente ao remanescente a receber pela venda de um imóvel ocorrida no exercício de 2003, pelo montante de € 9 976 000. O montante em dívida, será pago em prestações anuais, iguais e sucessivas, com vencimento a 30 de Junho; a última prestação será liquidada em 30 de Junho de 2008. Sobre o capital em dívida incidem juros compensatórios à taxa de referência do BCE acrescida de um *spread* de 0,15 por cento.

Esta rubrica inclui também o montante de € 100 000 relativo a uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, no âmbito do Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida (PCPCD).

Nota 18

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é analisada como segue:

(10 ³ Euros)				
	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2005	2004	2005	2004
Caixa	129	84	129	84
Depósitos	166 184	90 075	1 485	194
	166 313	90 159	1 614	278

Nota 19

Capital recebido do Fundador

A rubrica “Capital recebido do Fundador” no montante de € 11 747 000 refere-se ao montante recebido do seu Fundador, Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian.

Nota 20

Reservas

A rubrica “Reservas” é analisada como segue:

(10 ³ Euros)				
	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2005	2004	2005	2004
Reserva de justo valor	431 219	237 401	748 976	433 620
Reserva legal	42	42	-	-
Diferença cambial				
de consolidação	18 360	(17 802)	-	-
Outras reservas	2 106 895	2 015 726	1 892 916	1 838 396
	2 556 516	2 235 367	2 641 892	2 272 016

Na Reserva de justo valor registam-se as variações acumuladas no justo valor existentes à data de balanço referentes aos Investimentos do Activo não Corrente e aos Investimentos em empresas subsidiárias.

Na rubrica “Diferença cambial de consolidação”, está relevado o montante da variação em moeda nacional do capital das empresas consolidadas, expresso em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras são analisadas como segue:

<i>Moeda</i>	<i>Taxas em 2005</i>		<i>Taxas em 2004</i>	
	Câmbio final	Câmbio médio	Câmbio final	Câmbio médio
Dólar – USD	1,1797	1,2380	1,3621	1,2462
Libra – GBP	0,6853	0,6830	0,7051	0,6793
Franco Suíço – CHF	1,5548	1,5548	1,5433	1,5433
Real Brasileiro – BRL	2,7440	2,7440	3,6147	3,6147

Nota 21

Provisões

A rubrica “Provisões” é analisada como segue:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Provisão para planos				
de pensões	222 279	194 474	219 553	192 202
Outras provisões	6 366	4 035	4 977	2 859
	228 645	198 509	224 530	195 061

Provisão para plano de pensões

A Fundação assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no “Regulamento do Plano de Pensões do Pessoal” (1979) e no “Plano de Pensões” (1997).

Estas pensões destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

O número de participantes abrangidos por estes planos de pensões é analisado como segue:

	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Activos	509	556	504	552
Pré-reformados	83	68	83	68
Reformados	953	945	945	937
	1 545	1 569	1 532	1 557

Os movimentos relativos a provisões para os planos de pensões são analisados como segue:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Saldo no início do período	194 474	194 163	192 202	192 260
Dotação do exercício	41 856	13 520	41 653	12 807
Utilizações de provisões	(16 050)	(14 977)	(15 817)	(14 776)
Custo a amortizar	-	550	-	550
Diferenças cambiais	348	(185)	-	-
Transferências	1 651	1 403	1 515	1 361
Saldo no fim do período	222 279	194 474	219 553	192 202

A rubrica “Transferências” refere-se ao montante transferido de perdas actuariais para custos diferidos do ano, que se situam dentro do limite do corredor, sendo reconhecidos na conta de custos diferidos, não sendo amortizados.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as responsabilidades por serviços passados associados a estes planos de pensões são as seguintes:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Responsabilidades no início				
do período	194 474	194 163	192 202	192 260
Custo dos serviços correntes	2 143	2 095	2 115	2 065
Custo dos juros	9 937	9 930	9 822	9 825
Benefícios pagos	(16 062)	(14 977)	(15 817)	(14 776)
Perdas actuariais	31 367	1 403	31 231	1 361
Custo com os serviços				
passados	420	1 893	-	1 467
Ajustamento cambial	-	(33)	-	-
Responsabilidades no fim				
do período	222 279	194 474	219 553	192 202
Responsabilidade por				
serviços futuros	193 190	220 001	192 069	219 396

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, foram alterados os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2005. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é analisada como segue:

	2005	2004
Taxa de rentabilidade real de longo prazo		
face ao crescimento dos salários	2,00%	2,50%
Taxa de rentabilidade real de longo prazo		
face ao crescimento das pensões	3,25%	3,75%
Taxa de rendimento do fundo	4,75%	5,25%
Taxa de desconto	4,75%	5,25%
Tábuas de mortalidade		
Masculina	TV 73/77(M)	TV 73/77
Feminina	TV 88/90(F)	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80

As perdas actuariais líquidas do exercício de 2005, nos montantes de € 31 231 000 e de € 31 367 000, na Fundação e no Consolidado, devem-se essencialmente à alteração de pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades. Estas alterações são apresentadas como segue:

i) perdas actuariais na Fundação e no Consolidado incluem os montantes de € 11 321 000 e de € 11 421 000, decorrentes da alteração da taxa de desconto;

ii) perdas actuariais na Fundação e no Consolidado incluem os montantes de € 10 391 000 e de € 10 427 000, decorrentes da alteração da tábua de mortalidade feminina.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Em 2005, na Fundação e no Consolidado contabilizaram-se, como custos com pensões de reforma, os montantes de € 41 653 000 (2004: € 12 807 000) e de € 41 856 000 (2004: € 13 520 000).

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Proveitos e custos diferidos” relacionados com pensões para o ano de 2005 foram como segue:

	(10 ³ Euros)			
	Proveitos diferidos		Custos diferidos	
	Consolidado	Fundação	Consolidado	Fundação
Saldo inicial	(9)	–	17 705	17 705
Perdas actuariais do ano	9	–	1 642	1 515
Saldo final	–	–	19 347	19 220

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor da provisão, com referência a 31 de Dezembro de 2005, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia na Fundação e no Consolidado a € 19 220 000 (2004: € 17 705 000) e € 19 347 000 (2004: € 17 705 000).

Outras provisões

As outras provisões respeitam a compromissos com outras entidades governamentais e indemnizações relativas ao termo de contratos de trabalho relativos a trabalhadores no estrangeiro.

Os movimentos relativos a outras provisões são analisados como segue:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	4 035	6 209	2 859	3 064
Reforço de outras provisões	3 251	393	3 139	299
Anulação de provisões	–	(1 786)	–	–
Utilização de outras provisões	(1 104)	(715)	(1 021)	(504)
Diferenças cambiais	184	(66)	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	6 366	4 035	4 977	2 859

Nota 22

Subsídios e bolsas

A rubrica “Subsídios e bolsas” no montante de € 6 891 000 (2004: € 8 102 000) corresponde aos subsídios e bolsas já autorizados pela Administração mas que ainda se encontram por pagar, por razões não imputáveis à Fundação.

Nota 23

Credores e outros passivos

A rubrica “Credores e outros passivos” é analisada como segue:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2005	2004	2005	2004
Credores (interesses petrolíferos)	74 714	38 318	-	-
Fornecedores de locação financeira	1 080	772	1 080	772
Corredor do plano de pensões	-	9	-	-
Credores diversos	17 222	18 392	13 290	11 858
	93 016	57 491	14 370	12 630

A rubrica “Fornecedores de locação financeira”, pelo prazo residual, é analisada com segue:

(10³ Euros)

	2005		
	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Capital	1 080	366	714
Juros	67	32	35
Rendas	1 147	398	749
	2004		
	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Capital	772	312	460
Juros	39	20	19
Rendas	811	332	479

Nota 24

Instrumentos financeiros

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os activos financeiros da Fundação incluem os saldos de caixa e equivalentes, devedores, periodificações e investimentos. Os passivos financeiros da Fundação incluem os saldos de credores para com terceiros e para com empresas do Grupo. As políticas contabilísticas para os activos e passivos financeiros encontram-se descritas na nota 2 g).

b) Risco financeiro

(i) Risco de crédito

A Fundação encontra-se exposta a perdas relacionadas com o risco de crédito na eventualidade do não-cumprimento por parte da contraparte em investimentos financeiros e devedores.

O Conselho de Administração considera que as situações de risco de crédito encontram-se identificadas e devidamente provisionadas no balanço da Fundação.

(ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro encontra-se limitado às variações nas taxas de juro praticadas nos mercados financeiros.

(iii) Risco cambial

Os investimentos em moeda estrangeira encontram-se parcialmente cobertos por contratos a prazo de moeda com vista à cobertura do risco cambial da moeda.

Nota 25

Contingências

Até 31 de Dezembro de 2005, diversos bancos emitiram *performance guarantees* no montante de € 5 556 000 (2004: € 3 909 000) relativamente a compromissos assumidos pelas concessões no Brasil.

O Grupo assumiu um compromisso com o governo da República do Cazaquistão em que a Partex (Kazakhstan) Corporation cumprirá as suas obrigações em relação à concessão do Dunga.

Nota 26

Normas Contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Fundação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente:

Actualmente, a Fundação encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas, não tendo ainda completado a sua análise.

IFRIC 4 – Determinar se um Acordo contém uma Locação

O “International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)”, emitiu em 2 de Dezembro de 2004, a IFRIC 4 – Determinar se um Acordo contém uma Locação, que estará em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2006.

A IFRIC 4 estabelece os critérios para determinar se um acordo constitui um contrato de locação ou contém um contrato desse tipo, como por exemplo, no caso de certos contratos de compra firme (*take-or-pay*). A IFRIC 4 clarifica em que circunstâncias estes acordos, que não assumem a forma jurídica de locações, devem, todavia, ser contabilizados de acordo com a IAS 17 – Locações.

IFRIC 5 – Direito a interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauração e Reabilitação Ambiental

O “International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)”, emitiu em 16 de Dezembro de 2004 a IFRIC 5 – Direito a interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauração e Reabilitação Ambiental, que estará em vigor para todos os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2006.

A IFRIC 5 estabelece o modo como um participante deve contabilizar a sua participação num Fundo de Descomissionamento em especial no que se refere aos custos de descomissionamento de fábricas (como uma central nuclear) ou de determinado equipamento (como carros) ou levar a cabo uma reabilitação ambiental (como rectificar os níveis de poluição na água ou efectuar a desminagem de terrenos).

IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais

O “International Accounting Standards Board (IASB)”, emitiu em 9 de Dezembro de 2004 a IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, que estabelece, pela primeira vez, os princípios para a contabilização das despesas de exploração e avaliação, incluindo o reconhecimento dos activos de exploração e avaliação e completa a primeira fase do projecto do IASB para uma convergência entre as diversas práticas contabilísticas para actividades extractivas.

A IFRS 6 é aplicável para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2006. No entanto, a aplicação antecipada é encorajada e se uma entidade adoptar a IFRS 6 antes de 1 de Janeiro de 2006, existem disposições transitórias para a divulgação de alguma informação comparativa.

IFRIC 8 – Âmbito de aplicação da IFRS 2

O “International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)”, emitiu em 12 de Janeiro de 2006

a IFRIC 8 – Âmbito de aplicação da IFRS 2, que é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de Maio de 2006.

Esta interpretação clarifica que a IFRS 2 – Pagamento com Base em Acções, se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual.

A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente, que outro benefício foi ou irá ser recebido, pelo que se aplica a IFRS 2.

Esta interpretação ainda não foi aprovada pela Comissão Europeia.

Alteração às disposições relativas à contabilidade de cobertura da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O “International Accounting Standards Board (IASB)”, emitiu em 14 de Abril de 2005 uma alteração às disposições relativas à contabilidade de cobertura da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O IASB desenvolveu esta alteração após algumas entidades de supervisão e entidades de regulamentação do mercado de valores mobiliários, exprimirem preocupação de que pudesse ser utilizada indevidamente a opção da contabilização ao justo valor sem restrições, contida na IAS 39, após a revisão de 2003. A opção permitia às entidades identificarem, a título irrevogável e aquando do reconhecimento inicial, qualquer activo ou passivo financeiro como devendo ser mensurado pelo justo valor com os respectivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados (a opção da contabilização integral pelo justo valor). O objectivo desta opção era simplificar a aplicação da norma.

À luz das observações recebidas relativamente ao “Exposure Draft” publicado em 21 de Abril de 2004 e na sequência dos debates realizados com as partes interessadas, o IASB decidiu rever a Opção pelo Justo Valor através da restrição da sua utilização aos instrumentos financeiros que cumpram determinadas condições.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras.

O “International Accounting Standards Board (IASB)”, emitiu em 18 de Agosto de 2005 a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras.

A IFRS introduz novos requisitos para melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros. Substitui a IAS 30 – Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares e alguns dos requisitos da IAS 32 – Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação. A adenda à IAS 1 introduz novos requisitos para divulgações sobre o capital da entidade.

Emendas à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 4 – Contratos de Seguro

O “International Accounting Standards Board (IASB)”, emitiu em 18 de Agosto de 2005 requisitos corrigidos para os contratos financeiros de garantia, na forma de alterações limitadas à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 4 – Contratos de Seguros.

As emendas tiveram como objectivo assegurar que os emitentes de contratos de garantia financeira registam as responsabilidades resultantes desses contratos nos seus balanços. Um contrato de garantia financeiro é definido como um contrato que requer que o emitente efectue pagamentos específicos para reembolsar o detentor por uma perda por este incorrida, quando determinado devedor não efectua o devido pagamento, de acordo com as condições originais ou adicionais do instrumento de dívida. Estes contratos podem assumir diversas formas legais, incluindo uma garantia, algumas formas de cartas de crédito ou um contrato de seguro de crédito. Os emitentes devem aplicar estas alterações para períodos anuais após 1 de Janeiro de 2006.

Emenda à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

O “International Accounting Standards Board (IASB)”, emitiu em 15 de Dezembro de 2005 uma adenda limitada à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio. A adenda clarifica os requisitos da IAS 21 acerca dos investimentos em operações no estrangeiro pelo que deverá contribuir para clarificar os requisitos de apresentação de entidades que investem em negócios que desenvolvem a sua actividade numa moeda diferente da sua.

Esta emenda ainda não foi aprovada pela Comissão Europeia.

:: Relatório dos Auditores

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Fundação Calouste Gulbenkian**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 3 084 385 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2 755 833 milhares de euros, incluindo a transferência para o fundo de capital de 187 570 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas das Operações, dos Fluxos de Caixa consolidados e das alterações no fundo de capital consolidado do exercício findo naquela data, e o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 3 001 624 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2 755 833 milhares de euros, incluindo a transferência para o fundo de capital de 102 194 milhares de euros), as Demonstrações das Operações individuais, dos Fluxos de Caixa individuais e das alterações no fundo de capital individual do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a transferência para o fundo de capital individual e consolidado das suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

› a verificação das demonstrações financeiras incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas

em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- › a verificação das operações de consolidação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- › a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual e consolidada da **Fundação Calouste Gulbenkian**, em 31 de Dezembro de 2005, a transferência para o fundo de capital individual e consolidado das suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 4 de Maio de 2006

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
representada por
Jean-Éric Gaign
(ROC n.º 1013)

